

Escuta territorial e dispositivos clínicos

Diálogos entre psicanálise e geografia em situações sociais críticas

Pedro Henrique Ferreira Costa,¹ São Paulo

Resumo: O autor propõe uma reflexão sobre a escuta territorial como prática clínica e ética da psicanálise em situações sociais críticas. A partir do diálogo entre os fundamentos da psicanálise e o conceito de território desenvolvido por Milton Santos, argumenta que o território deve ser compreendido em sua multidimensionalidade, como espaço de disputas, relações simbólicas e produção de subjetividade. Utiliza como referência o método da escuta territorial, elaborado por Jorge e Emília Broide, que propõe uma clínica situada, capaz de acolher o sofrimento psíquico nas margens do instituído, fora dos limites do consultório tradicional. Destaca a importância da escuta sensível e politicamente engajada em situações marcadas pela exclusão, defendendo a criação de dispositivos clínicos que possibilitem o acesso à análise e sustentem a transferência em territórios vulnerabilizados. Por fim, discute a urgência de uma psicanálise pública, integrada às políticas de saúde mental, comprometida com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades que atravessam o sujeito.

Palavras-chave: escuta territorial, psicanálise pública, território usado, situações sociais críticas, dispositivos clínicos

Introdução

Este não é um projeto político para a psicanálise, e sim com a psicanálise.

MAIRA MOREIRA

As reflexões apresentadas neste artigo são resultado da escuta dos lugares que frequentei nos últimos anos e continuo frequentando. Entre eles,

1 Geógrafo. Doutor em geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Aluno do curso de aperfeiçoamento “A escuta do paciente psiquiátrico: exercício psicanalítico”, promovido pela Escola de Educação Permanente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP), e realizado pelo Núcleo de Psicanálise do Serviço de Psicoterapia do Instituto de Psiquiatria (IPq).

destacam-se o curso “Introdução à escuta psicanalítica: o método psicanalítico a partir de seus conceitos fundamentais”, oferecido pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP); as rodas de conversa para homens coordenadas pela psicanalista Sabrina Arini, do grupo Fala, Homem!; a participação no Projeto Gabriela, vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); as supervisões mediadas pelo psicanalista Jorge Broide; o curso “Introdução à psicanálise proletária”, ministrado por docentes da Escola Tamuya de Formação Popular; o curso “A escuta da subjetividade do paciente psiquiátrico: exercício psicanalítico”, coordenado pelo psiquiatra Oswaldo Ferreira Leite Netto, vinculado ao Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP); as conversas públicas promovidas pelo coletivo Margens Clínicas no Sesc Avenida Paulista; os desdobramentos, mesmo que de longe, do projeto Ruas Correspondidas; e as incursões em diversos territórios, movido pela disposição de escutar em múltiplos contextos e pela crença de que ali, muitas vezes, se inicia um processo terapêutico.

No texto “Caminhos da terapia psicanalítica” (1919/2010), Freud reflete sobre o trabalho do psicanalista fora do divã e do consultório particular. É nesse texto que as populações mais vulneráveis, em situações sociais críticas, são consideradas sujeitos que também podem ser analisados. Estes, segundo Freud, deveriam ser atendidos de forma gratuita, fora da clínica tradicional, em uma clínica pública. O autor defende que a psicanálise, quando assumida em sua vocação pública e revolucionária, mostra-se capaz de evocar em seu campo de ação não apenas questões relacionadas ao sofrimento psíquico, mas também as dores da memória que persistem no cotidiano, os vínculos com o território e o espaço vivido, a resiliência e a resistência política diante de classe, cor, raça, educação e visão de mundo, além do fortalecimento de laços afetivos, formas de ancoragem e redes comunitárias (Danto, 2019; Freud, 1919/2010, 1921/2011; Lima, 2025; Siqueira, 2024).

Ele [Freud] coloca nesse texto a importância da presença da psicanálise no atendimento às populações que até então não tinham acesso à clínica psicanalítica, às políticas públicas, ao sistema de saúde, aos diferentes setores da sociedade atingidos pela violência e pela miséria, enfim, a toda sociedade. (J. Broide et al., 2022, p. 134)

No livro *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social* (2019), Elizabeth Ann Danto apresenta algumas experiências e o contexto histórico em que elas foram possíveis. Mostra que, nas primeiras décadas do século 20, observa-se um aumento significativo da prática psicanalítica no campo social. Muitos psicanalistas da chamada primeira geração atenderam às demandas que emergiram no período pós-guerra e passaram a desenvolver atividades em diversos lugares e situações sociais críticas. Estima-se que, nesse período,

muito tenha se realizado fora do consultório privado, consolidando experiências pioneiras em clínicas públicas psicanalíticas e em práticas clínicas fora do padrão tradicional (E. Broide et al., 2022).

A psicanálise, bastante elitizada no país, precisa encontrar urgentemente uma outra tendência. Talvez explorar o princípio da coisa pública, colaborar com a democratização do acesso e colocar o próprio corpo em combate sejam pressupostos para que a psicanálise se aproxime das questões sociais. “É importante entender que clínica não é igual a consultório: o consultório é uma das clínicas possíveis” (J. Broide, 2019, p. 56). É preciso sair da esfera do neoliberalismo e ganhar dimensões progressistas e anticapitalistas.

Dessa forma, a aproximação a questões sociais não representa uma perda de especificidade, mas um modo de manter viva a psicanálise diante dos impasses de seu tempo. Ao se abrir para situações sociais críticas, a psicanálise amplia sua escuta e sustenta sua potência crítica e transformadora diante das novas formas de mal-estar que se produzem nas sociedades contemporâneas. Esse movimento de deslocamento é o que permite colocar o território como lugar de escuta e de invenção de práticas.

Logo, ouvir de forma atenta o território pode ser o caminho. Para que isso se concretize, é necessário que o trabalho seja integrado, interdisciplinar. De acordo com Santos, “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem [ser humano] plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (1999, p. 7).

Portanto, não se trata de aplicar o modelo do consultório particular a qualquer contexto, mas de realizar uma ação coletiva, pautada por uma percepção sensível do território, à luz do que Emília Estivalet Broide e Jorge Broide (2015) denominaram de *escuta territorial*. Para que essa escuta aconteça de forma significativa nesses espaços, é fundamental considerar a multidimensionalidade do território e a diversidade de seus múltiplos agentes e atores.

O território em Milton Santos e sua multidimensionalidade

Há bastante tempo, as ciências da saúde vêm dialogando com o conceito de território elaborado por Milton Santos. Contudo, é possível perceber que, em muitos casos, esse diálogo ainda ocorre de forma bastante elementar e restrita, com o conceito sendo frequentemente reduzido a uma simples delimitação ou tratado como sinônimo de área. Esse enfoque, centrado na definição de unidades político-administrativas, remete a uma abordagem presente nos primeiros escritos de Milton Santos.

Ao longo de sua carreira, o geógrafo se destacou como uma das figuras mais influentes do pensamento intelectual brasileiro, deixando uma marca profunda na maneira como a geografia passou a ser compreendida e praticada. Seu trabalho acadêmico foi movido pela intenção de transformar a geografia em uma ciência dotada de capacidade crítica, capaz de interpretar as complexidades da sociedade e as transformações do mundo (Costa, 2013; Grimm, 2011; Vasconcelos, 2020).

Milton Santos buscou constantemente integrar conhecimentos de diferentes campos, adotando uma postura interdisciplinar que ampliou as possibilidades de análise geográfica e fortaleceu o diálogo com outras áreas do saber. Nesse contexto, a interlocução entre sua estrutura de pensamento e as ciências da saúde revela-se extremamente potente, indicando um caminho que ainda vale ser aprofundado.

Um dos principais objetivos dele foi estruturar um corpo teórico que não apenas conferisse identidade e autonomia à geografia, mas que também a tornasse capaz de contribuir para a compreensão crítica das dinâmicas sociais. Para isso, dedicou-se à elaboração de conceitos e categorias que garantissem coerência interna à disciplina e a conectassem aos debates mais amplos sobre a sociedade. Sua produção intelectual resultou em uma obra ampla e densa, reconhecida por impulsionar avanços significativos na teoria e na epistemologia geográfica. Não é à toa que a relação entre geografia e psicanálise configura um encontro contínuo e inesgotável, que parece não ter fim.

Conforme aponta Moraes (2013), nas décadas de 1950 e 1960 o conceito de território aparecia apenas de forma secundária nos escritos de Milton Santos, sem ocupar uma posição central em sua base teórica ou em seu sistema de conceitos e categorias de análise.

Foi a partir da década de 1970 que o termo começou a ganhar maior destaque, passando a ser associado a temas como urbanização, redes urbanas, organização do espaço, planejamento, modernização e desenvolvimento. Ainda assim, mesmo com essa crescente notoriedade, o conceito era tratado de maneira superficial, sem um aprofundamento crítico.

Já a partir dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, o território passa a assumir um papel de maior peso, consolidando-se como uma unidade básica de análise da geografia e sendo definitivamente incorporado à teoria miltoniana, com maior relevância e importância, mesmo que não citado diretamente, em livros como *Espaço e método* (1985), *O espaço do cidadão* (1987), *Metamorfose do espaço habitado* (1988), *Por uma geografia nova* (1990), *Metrópole corporativa fragmentada* (1990), *A urbanização brasileira* (1993), *Por uma economia política da cidade* (1994) e *O Brasil: território e sociedade do início do século XXI* (2001) – de acordo com Nascimento Jr. (2016), “obras em

que o conceito de território é mobilizado como ‘instrumento de interpretação’ e ‘eixo articulador’ das argumentações desenvolvidas pelo autor”.

Antes de sua morte prematura, em 2001, Milton Santos propôs uma revisão do conceito de território, atribuindo-lhe um papel central na compreensão do mundo contemporâneo e das dinâmicas impostas pelo processo de globalização. Desde a década de 1980, ele já destacava a importância da materialidade para pensar o território. Contudo, ao analisar a nova etapa de internacionalização do capital, especialmente em *A natureza do espaço* (1999) e *Por uma outra globalização* (2000), o autor complexifica ainda mais o conceito, acrescentando-lhe dimensões subjetivas e aspectos que escapam ao controle direto do Estado. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1994, p. 15).

Logo, o conceito de território, para Milton Santos, em consonância com essa nova reflexão, carrega o adjetivo *usado*. O território usado pode ser entendido como um conjunto de relações materiais e sociais, resultantes da articulação entre a natureza herdada, o espaço físico, e uma segunda natureza, transformada pelas ações humanas.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 1999, p. 8)

Essa concepção amplia o entendimento do território para além de um espaço físico ou administrativo, revelando-o como um campo vivo de disputas, relações e sentidos. “O território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente de sua força, apesar de sua força desigual, contribuem para a geração de situações” (Silveira, 2011, p. 5). Com isso, “de um sentido essencialmente demarcatório, isto é, de designação de unidades político-administrativas que possuía nos seus escritos iniciais, aos poucos Milton Santos acrescenta maior conteúdo e densidade ao conceito de território, atribuindo a ele qualidades” (Nascimento Jr., 2016).

Para compreender esse território e ser capaz de escutá-lo, é necessário atentar para as qualidades que compõem o conceito e as disputas que se travam em seu cerne, reconhecendo sua multidimensionalidade. Isso envolve identificar as autoridades presentes e ausentes, assim como a forma como aplicam suas leis; reconhecer a influência da circulação de fluxos materiais (mercadorias e pessoas) e imateriais (informações e ideias) na organização e no funcionamento do território; analisá-lo como resultado das transformações

históricas que deixaram marcas ao longo do tempo; perceber que este não é neutro, mas um campo de disputa política; entendê-lo como um conjunto de elementos que funcionam de forma articulada e em rede; diferenciar os fatores, estruturas e instâncias sociais presentes no território e analisar o papel que cada um desempenha na sua constituição; admitir que o território não é apenas um cenário ou uma área delimitada, mas parte ativa da vida das pessoas que frequentam esse espaço; investigar o território enquanto recurso e abrigo para distintos agentes sociais, buscando compreender como esses grupos o ocupam, utilizam e modificam segundo seus próprios interesses; qualificar as diferentes lógicas de uso e apropriação do território e como tais lógicas atuam e interferem em sua organização. No território, “há coisas que não se desmancham”, e “o conteúdo de cada fração do território muda rapidamente” (Santos, 1999, pp. 7 e 12). Por fim, não podemos ignorar que o território é compartilhado por diversos atores e agentes sociais que coexistem, atuam, disputam e constantemente ressignificam seu uso.

Não escutamos apenas o território, mas também aqueles que nele circulam e, conseqüentemente, tudo o que o atravessa e a ele se associa. O território é parte constitutiva dessas pessoas, que estabelecem relações dinâmicas e vínculos complexos com o espaço, ao mesmo tempo que são por ele influenciadas.

A escuta territorial na práxis psicanalítica

A escuta territorial, proposta por Emília Estivalet Broide e Jorge Broide (2015), configura-se como um método de investigação que busca apreender as múltiplas formas de inserção de indivíduos, grupos e coletivos nos espaços urbanos, bem como compreender os modos pelos quais habitam e significam o mundo. O dispositivo propõe-se a captar as marcas, inscrições e formas de vínculo constituídas no e com o território.

A abordagem da escuta territorial parte de uma imersão no campo, que se realiza por meio do deslocamento pelo espaço urbano, do contato direto com as pessoas que aí residem e circulam, e da atenção flutuante aos elementos de suas narrativas e do território. Essa escuta se concretiza através de entrevistas, conversas e outros recursos que permitem a aproximação com os modos de vida locais, possibilitando a compreensão das práticas cotidianas, dos vínculos sociais e das dinâmicas que atravessam o território investigado. Consiste em uma proposta que considera o território como espaço vivido, socialmente construído, e que exige a observação atenta das formas de morar, trabalhar, circular e se relacionar em um dado recorte espacial (E. Broide, 2019).

A escuta territorial dialoga diretamente com a concepção crítica de território desenvolvida por Milton Santos, inclui identificar as autoridades

presentes e ausentes e as formas pelas quais estas operam, analisar a circulação de fluxos materiais e imateriais que organizam a vida social, compreender o território como produto de transformações históricas e como campo de disputas políticas. Envolve ainda reconhecer sua articulação em rede, as ancoragens e “os fios que amarram o sujeito à vida” (Broide & Broide, 2015, p. 30).

Dessa maneira, a escuta territorial, ao se realizar no encontro com os sujeitos em suas formas de residir, narrar e significar o território, opera como ferramenta investigativa capaz de captar as complexidades do espaço urbano contemporâneo em situações sociais críticas. Ela possibilita uma aproximação analítica sensível e politicamente situada, em consonância com a compreensão do território como totalidade dinâmica e relacional, permanentemente (re)significada pelas experiências, vivências e modos de ser daqueles que nele atuam.

É importante destacar que as leis e a dinâmica que regem o território diferem significativamente daquelas que operam no espaço do consultório. Entre as quatro paredes, o setting analítico e o manejo clínico estão centrados na relação entre analista e analisando. Elementos como a poltrona e o divã, o ar-condicionado e a água, a sala de espera com suas revistas, a música ambiente e a temperatura ideal funcionam como dispositivos de acolhimento, criando as condições favoráveis para o estabelecimento da transferência. O consultório, assim, configura-se como um espaço seguro e controlado, voltado à sustentação dos processos psicanalíticos e de seus enquadres. No território, contudo, a lógica é outra.

O território impõe a presença da rua, com suas múltiplas contingências, imprevisibilidades e atravessamentos, exigindo do analista um deslocamento não apenas físico, mas também epistemológico e ético. Nesse contexto, o trabalho psicanalítico demanda novos dispositivos clínicos e um reposicionamento frente às dinâmicas sociais que configuram o espaço urbano.

A rua tem uma temporalidade própria, marcada por fluxos descontínuos e por uma lógica que escapa às normativas do tempo institucionalizado. Pode ser considerada a menor unidade de análise do espaço urbano, por concentrar, em sua materialidade e vivência cotidiana, múltiplas expressões da vida social. Dessa maneira, a relação entre analista e analisando exige constante construção e reconstrução. Na rua, é preciso continuamente refazer o vínculo clínico, em um movimento que se aproxima de uma lógica dialética, em que tese, antítese e síntese se alternam de forma dinâmica e instável. “A rua tem cheiros, bichos, uma ética e uma estética, definitivamente fora de nosso controle. A rua pulsa e tem, de acordo com as relações que ali se estabelecem, distintos graus de temperatura e pressão” (J. Broide, 2019, p. 54).

A calçada e o ladrilho, o crack e o corote, a marmita e o cheiro da rua, o frio e a enchente compõem a paisagem urbana, que contorna, atravessa e tensiona o cotidiano das práticas clínicas e sociais nesse espaço. Estamos diante de

um território em que, não raramente, analistas e analisandos se veem expostos à insegurança, tanto simbólica quanto material. A rua manifesta uma expressão singular, com códigos próprios, uma ética, uma moral e uma estética que, por meio da experiência compartilhada, ensina, afeta e forma.

É nesse território que se forja um instinto coletivo de sobrevivência, no qual todos os envolvidos, analistas, moradores, usuários e transeuntes, estão imersos, operando sob lógicas de adaptação e resistência. Nesse cenário emergem as chamadas malocas, espaços informais constituídos sob marquises, em calçadas ou sob viadutos, que funcionam como abrigos e locais de sociabilidade. Neles, indivíduos excluídos, como egressos do sistema prisional, travestis, adictos e pessoas em sofrimento psíquico intenso, se aquilombam e constroem formas de solidariedade orgânica. Esses agrupamentos configuram uma forma de vida coletiva que resiste à fragmentação imposta pela exclusão social, articulando estratégias próprias de cuidado, pertencimento e proteção.

É justamente nesses contextos que a escuta territorial se torna fundamental. Enquanto prática metodológica e ética, ela permite apreender as lógicas de vida, os modos de existência e as estratégias de resistência produzidas nos espaços marcados pela exclusão social. Constitui uma percepção sensível e situada, que ultrapassa a dimensão da fala individual para se orientar pelas inscrições coletivas no território, pelas marcas materiais e simbólicas deixadas pelas relações sociais que nele se constituem.

Nesse sentido, a escuta se realiza de maneira plena nesses territórios e com esses sujeitos, pois é ali que emergem formas singulares de expressão, sofrimento, cuidado e resistência. Ela revela potências políticas, afetivas e clínicas que escapam às normatividades da psicanálise tradicional e que, ao se manifestarem em situações sociais críticas, delineiam uma psicanálise implicada nos processos coletivos, no atravessamento do espaço urbano e na construção de uma clínica ampliada.

A partir da escuta territorial entendemos que o trabalho do psicanalista na cidade convoca a responsabilidade diante do mal-estar na cultura, do desamparo psíquico e social – que se apresenta nas formas mais comuns de sociabilidade –, dos interrogantes que colocam desafios e das desconfortos inerentes ao pensamento teórico, ao exercício clínico e à práxis psicanalítica. (E. Broide, 2019, p. 41)

O psicanalista da/na rua atua a partir das referências ressignificadas no território e articuladas à sua própria trajetória e experiência. Em grande medida, sua prática escapa às normativas ensinadas nos centros de formação, nas universidades, nas supervisões clínicas, nos grupos de estudo ou nos seminários teóricos, e se fundamenta no território. Não há um protocolo previamente estabelecido para essa atuação. Na rua, o analista se constitui em

ação, sua práxis é forjada no encontro com o território e com os sujeitos que o habitam, que apresentam contingências imprevisíveis e múltiplos atravessamentos. De acordo com Jorge Broide et al., “nós, psicanalistas, estamos sempre em busca do sujeito. Nosso ofício não é conversar com pessoas, é escutar sujeitos. Na clínica individual, no consultório, ocorre o mesmo que na clínica nas ruas” (2022, p. 145). Ele mimetiza a rua, faz-se corpo presente e implicado, permitindo-se escutar, sustentar a fala do sujeito, formar um espaço psíquico possível, sublinhar a angústia e, ainda assim, manter o foco na análise e garantir a relação transferencial. Na clínica individual, no consultório, o inesperado também se manifesta, mas a dinâmica é diferente: o setting oferece dispositivos que estruturam a relação, o espaço físico, o manejo da transferência, a duração da sessão, permitindo ao analista criar condições de escuta mais centradas, silenciosas e sustentadas do que na rua, onde as situações não podem ser totalmente protocoladas.

Como se escuta? Ou como lidamos com aquilo que escutamos? Uma escuta com os sentidos. Escutar com os olhos, escutar com o cheiro, escutar com a pele, escutar no e com o corpo.

O que se escuta, considerando tal perspectiva, é um material psíquico denso, atravessado por precariedades, violências, resistências, abandonos, desamparos, fantasias, vícios e invenções singulares. É uma escuta que exige do analista presença, corpo, tato, olfato, sensibilidade e abertura para o inesperado, para o infamiliar. De acordo com E. Broide, “o trabalho psicanalítico na cidade faz com que o analista coloque o corpo em cena para se embrenhar nas dobraduras da cidade” (2019, p. 41).

Nesse cenário, a escuta se configura não apenas como um dispositivo técnico, mas como um ato terapêutico, capaz de sustentar um espaço simbólico onde a palavra possa emergir e operar efeitos de subjetivação. Por isso, talvez a única certeza que o analista deva carregar seja aquela expressa por J. Broide: “Seja onde for, se escutarmos, o sujeito fala” (2019, p. 53). Essa afirmação, longe de ser apenas um lema, estabelece-se como um princípio ético-político que orienta a escuta psicanalítica em situações de vulnerabilidade social. Ela reafirma a potência terapêutica da fala e a possibilidade de elaboração psíquica, mesmo nos territórios mais adversos, onde o enquadre clássico não se sustenta, mas a clínica se reinventa.

Na experiência clínica situada no território, o analista também se vulnerabiliza. No campo da contratransferência, podem emergir incômodos que revelam a fratura entre sua condição social, seu lugar de fala, sua formação institucional e o contexto em que está inserido. Diante do território e das dores ali encarnadas, é comum que se instale um questionamento íntimo, desestabilizador e, por vezes, angustiante: “O que eu faço aqui?”, “Como essa pessoa está viva?”, “Isso é mesmo para mim?”, “Até onde posso ir sem ultrapassar

a função analítica?”, “Estou escutando ou agindo por culpa?”, “O desejo de estar ali é clínico ou moral?”. Essas perguntas não devem ser ignoradas ou apressadamente respondidas, mas sim sustentadas como parte da elaboração transferencial e contratransferencial. Elas convocam o analista a refletir sobre os limites e as potências da psicanálise fora dos muros institucionais, exigindo constante reposicionamento ético e clínico, sem se render às armadilhas do assistencialismo ou da piedade moralizante. É importante manter o enquadre, resguardar a dimensão terapêutica e lembrar que o território também analisa o analista. É preciso estar vigilante: na psicanálise em situações sociais críticas, existe o risco de transformar a escuta em um gesto de caridade, de pena, de dó, despotencializando sua função analítica.

Como vimos, a escuta territorial se apresenta como uma prática ética e metodológica que tensiona os limites da clínica psicanalítica tradicional, deslocando-a para os espaços vivos e dinâmicos da cidade. Ao considerar o território uma construção social, afetiva e política, a escuta territorial alinha-se à concepção crítica proposta por Milton Santos, para quem o território não se reduz a um recorte físico ou administrativo, mas é resultado das relações históricas, materiais e simbólicas que o configuram. Essa escuta, ao tomar o território em sua complexidade e multidimensionalidade, não apenas amplia a possibilidade de acesso à análise, mas também redefine a posição do analista diante do sofrimento psíquico em situações de vulnerabilidade social.

Dessa forma, a escuta territorial propõe um deslocamento epistemológico e ético: convoca o analista a habitar, simbolicamente, os espaços em que o sofrimento é produzido, sustentado e compartilhado coletivamente. Refere-se, portanto, a uma metodologia que opera fora dos limites do setting tradicional, forjando novos dispositivos clínicos a partir da realidade concreta dos territórios urbanos.

A partir dessa perspectiva, torna-se necessário discutir com mais profundidade a escuta territorial como dispositivo clínico, capaz de sustentar transferências, promover elaboração psíquica e operar efeitos terapêuticos mesmo nas margens do instituído.

O dispositivo clínico e o território

Segundo J. Broide, pensar uma psicanálise voltada às situações sociais críticas exige a criação de novos dispositivos clínicos, distintos dos tradicionais, como a poltrona e o divã, capazes de manejar o inconsciente a partir das condições específicas do território: “Há que se construir dispositivos clínicos diferentes daqueles que utilizamos classicamente, a poltrona e o divã.

Tal como no consultório, os dispositivos servem para operar o inconsciente na transferência, só que no caso aqui, no território da cidade” (2019, p. 54).

Nesse contexto, os dispositivos clínicos funcionam como mediações entre o inconsciente do sujeito e o analista, articulando a transferência em cenários que extrapolam os limites do setting tradicional. Portanto, os dispositivos tornam-se pontes simbólicas que possibilitam o surgimento da fala, a emergência do desejo e o trabalho de elaboração psíquica em territórios marcados pela instabilidade. Longe de se restringirem a objetos ou locais fixos, esses dispositivos são construídos na relação, na escuta situada e no manejo sensível das condições que o próprio território impõe.

No caso da psicanálise em situações sociais críticas, o dispositivo clínico junta o analista e o analisando, que estão separados pelas adversidades da vida e pela função que ocupam no laço transferencial. Isso viabiliza o encontro entre o analista e o sujeito marcado por desigualdades, deslocamentos e sofrimentos que, constantemente, extrapolam o campo da neurose clássica. É por meio do dispositivo que se possibilita a circulação de matéria psíquica, muitas vezes oriunda do inconsciente do analisando, permitindo que algo de sua experiência seja simbolizado (J. Broide, 2019).

O dispositivo clínico na rua não é uma adaptação do setting tradicional, mas uma invenção ética e técnica, situada no território e comprometida com a escuta do sujeito enredado em sua trama social, histórica e simbólica. Ele sustenta a transferência em contextos marcados pela urgência e pela exclusão, permitindo que a palavra circule onde, muitas vezes, só há silêncio, ruído, invisibilidade, preconceito ou sobrevivência. Para cada situação, há um complexo sistema de significantes que emerge no processo. Na rua a estratégia psicanalítica é “ser afetado”, é levar em conta as contradições da teoria e da prática, os elementos involuntários e os intencionais, os não verbais e as outras linguagens que surgem quando estamos em campo (J. Broide, 2014).

Os atendimentos realizados nos dispositivos clínicos situados no território podem assumir formas grupais ou individuais, conforme as condições e as demandas emergentes. A partir da construção de uma relação de confiança, fundamental para o estabelecimento do vínculo transferencial, os significantes começam a ser decodificados e trabalhados, dando início ao processo terapêutico.

O setting pode se constituir em um banco de praça, no chão de uma calçada, no muro de uma casa, no respirador do metrô, sob a sombra de uma banca de jornal, na entrada de uma ocupação, sobre uma maca hospitalar, ou em uma cama doada por terceiros. Pode acontecer em deslocamento ou parados, pode estar em qualquer lugar. O que delimita sua existência não é a arquitetura do espaço, mas o instante da escuta, o momento em que a transferência se instala e, com ela, o trabalho analítico começa. Para Jorge Broide et al.,

“uma única escuta pode causar um grande impacto. ... Isso é comum no trabalho com as populações em situações de rua e na miséria absoluta, em que ser escutado é uma experiência inédita e transformadora” (2022, p. 152).

Em situações sociais críticas, aspectos como frequência, duração e regularidade dos atendimentos deixam de ser os elementos centrais do processo clínico. O essencial é que a fala tenha sido acolhida, que, em meio ao caos e à instabilidade do território, alguém tenha escutado de forma engajada. Não há garantias sobre a possibilidade de um próximo encontro, o que leva a questionamentos importantes sobre a eficácia de uma análise fracionada, sobre a duração do tratamento, sobre os limites entre uma análise terminável e interminável. Ainda assim, nada se compara à potência simbólica do momento em que o analisando, sentindo-se pertencente a um coletivo, decide retornar por conta própria, mobilizado pela transferência e pelo vínculo estabelecido. É quando o sujeito volta, marcado pela escuta, que se revela a força terapêutica do dispositivo clínico no território.

Considerar o dispositivo clínico como uma invenção situada no território permite à psicanálise atuar para além dos limites do consultório, aproximando-se das experiências concretas de sofrimento, exclusão e resistência. Ao operar a transferência em cenários marcados por vulnerabilidades, o dispositivo torna-se não apenas um recurso técnico, mas uma forma de sustentação da escuta. Alinhada à concepção de Milton Santos, que entende o território como construção social, afetiva e política, essa prática redefine a posição do analista frente ao mal-estar contemporâneo, reposicionando a clínica como possibilidade de intervenção significativa no mundo.

Considerações finais

A psicanálise, enquanto prática clínica comprometida com a escuta do sofrimento humano, deveria integrar de forma efetiva a rede pública de saúde, sendo oferecida em todas as instâncias do Sistema Único de Saúde (sus). É fundamental que as associações de classe, sociedades psicanalíticas e demais entidades representativas se mobilizem ativamente pela universalização do acesso à psicanálise, independentemente da condição socioeconômica do analisando e do lugar em que se exerce a práxis. Essa defesa não é recente. Já em 1918, durante o 5º Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Budapeste, Freud propôs a ampliação do acesso à psicanálise para além dos muros, enfatizando a importância de garantir tratamento gratuito àqueles que, embora necessitados, não tinham meios financeiros para arcar com os custos de um atendimento.

Os dispositivos clínicos situados no território podem ser compreendidos tanto como uma prática ética da psicanálise, que se coloca onde o sofrimento insiste, quanto como um gesto de responsabilidade cívica, socialmente comprometida com o Outro. Na prática, esses dispositivos buscam responder às demandas singulares e coletivas de nosso tempo, promovendo uma escuta que reconhece as marcas do sofrimento social no psiquismo e abrindo espaço para a construção de um bem-viver mais justo e solidário.

Nesse sentido, a psicanálise amplia sua incidência para além do espaço privado, propondo-se como prática pública e politicamente comprometida, em diálogo com projetos emancipatórios e correntes que defendem o acesso universal ao cuidado em saúde mental. A escuta, nesse cenário, deixa de ser privilégio de poucos e torna-se um gesto ético de acolhimento das dores invisibilizadas pelas estruturas de exclusão.

Importa destacar que a articulação entre psicanálise e território já se encontra inscrita nas reflexões da psicanálise social, especialmente com o desenvolvimento da técnica da escuta territorial, que propõe uma clínica comprometida com as múltiplas dimensões da vida urbana, das formas de habitar e das experiências de sofrimento em situações de vulnerabilidade. A partir desse enfoque, não se trata apenas de ampliar o alcance da psicanálise para diferentes contextos sociais, mas de reconhecer que a própria teoria e prática psicanalítica se transforma e se enriquece ao considerar o território um operador clínico. Mesmo no consultório privado, a escuta se empobrece se descolada das marcas territoriais e dos marcadores sociais que atravessam o sujeito. Ao contrário, ganha densidade e potência quando assume a inseparabilidade entre vida psíquica e vida social.

Nos grupos dos quais participei, a partir da metodologia da escuta territorial, presenciei pessoas em vulnerabilidade tornarem-se sujeitos de desejos, ou melhor, cadernos e folhas soltas transformarem-se em livro, livro em convite para “festas literárias”, canetas e tintas em desenhos e exposições em espaços públicos, o perdão entre mãe e filha trans impedir o suicídio, o crack e o corote serem evitados durante a sessão, o abraço entre diferentes, o reconhecimento da cor, da pele e da diversidade, o sorriso voltar a acontecer... e o reconhecimento de que todos nós precisamos de ajuda e que basta querer escutar para que o sujeito fale.

Escucha territorial y dispositivos clínicos: diálogos entre psicoanálisis y geografía en contextos sociales críticos

Resumen: El autor propone una reflexión sobre la escucha territorial como práctica clínica y ética del psicoanálisis en contextos sociales críticos. A partir del diálogo entre los fundamentos del psicoanálisis y el concepto de territorio desarrollado por Milton Santos, sostiene que el territorio debe entenderse en su multidimensionalidad, como espacio de disputas, relaciones simbólicas y producción de subjetividad. Toma como referencia el método de escucha territorial elaborado por Jorge y Emília Broide, que propone una clínica situada, capaz de acoger el sufrimiento psíquico en los márgenes de lo instituido, más allá de los límites del consultorio tradicional. Subraya la importancia de una escucha sensible y políticamente implicada en contextos marcados por la exclusión, y defiende la creación de dispositivos clínicos que permitan el acceso al análisis y sostengan la transferencia en territorios vulnerabilizados. Finalmente, discute la urgencia de un psicoanálisis público, integrado en las políticas de salud mental y comprometido con la transformación social y el enfrentamiento de las desigualdades estructurales.

Palabras clave: escucha territorial, psicoanálisis público, territorio usado, contextos sociales críticos, dispositivos clínicos

Territorial listening and clinical devices: dialogues between psychoanalysis and geography in socially critical contexts

Abstract: The author offers a reflection on territorial listening as a clinical and ethical practice of psychoanalysis in socially critical contexts. Drawing from the dialogue between psychoanalytic fundamentals and Milton Santos' concept of territory, he argues that territory must be understood in its multidimensionality, as a space of disputes, symbolic relations, and subjectivity production. The method of territorial listening, developed by Jorge and Emília Broide, is used as a reference point; it proposes a situated clinic capable of welcoming psychic suffering on the margins of institutional structures, beyond the boundaries of the traditional office. The author highlights the importance of a sensitive and politically implicated listening in contexts marked by exclusion, advocating for the creation of clinical devices that enable access to analysis and sustain transference in vulnerable territories. Finally, he emphasizes the urgency of a public psychoanalysis integrated into mental health policies and committed to social transformation and the confrontation of structural inequalities.

Keywords: territorial listening, public psychoanalysis, used territory, socially critical contexts, clinical devices

Êcoute territoriale et dispositifs cliniques : dialogues entre psychanalyse et géographie dans des contextes sociaux critiques

Résumé : L'auteur propose une réflexion sur l'écoute territoriale comme pratique clinique et éthique de la psychanalyse dans des contextes sociaux critiques. À partir du dialogue entre les fondements de la psychanalyse et le concept de territoire développé par Milton Santos, il soutient que le territoire doit être compris dans sa multidimensionalité, en tant qu'espace de conflits, de relations symboliques et de production de subjectivité. La méthode de l'écoute territoriale, élaborée par Jorge et Emília Broide, est prise comme référence, proposant une clinique située, capable d'accueillir la souffrance psychique en marge de l'institutionnel, au-delà des limites du cabinet traditionnel. L'auteur met en évidence l'importance d'une écoute sensible et politiquement engagée dans des contextes marqués par l'exclusion, en défendant la création de dispositifs cliniques permettant l'accès à l'analyse et le soutien du transfert dans des territoires vulnérabilisés. Enfin, il discute de l'urgence d'une psychanalyse publique, intégrée aux politiques de santé mentale, engagée dans la transformation sociale et dans la lutte contre les inégalités structurelles.

Mots-clés : écoute territoriale, psychanalyse publique, territoire utilisé, contextes sociaux critiques, dispositifs cliniques

Referências

- Broide, E. E. (2019). O discurso psicanalítico: uma práxis instituinte. *Sig: Revista de Psicanálise*, 8(14), 39-44.
- Broide, E. E. & Broide, J. (2015). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. Escuta.
- Broide, E. E., Broide, J., Santos, C. P., Baldini, M. L. F. & Ab'Sáber, T. (2022). A potência da psicanálise como dispositivo para o (fazer) político. *Percurso*, 35(69), 69-80.
- Broide, J. (2014). A construção de dispositivos clínicos. *Correio da Appoa*, 240.
- Broide, J. (2019). A clínica psicanalítica na cidade. In E. Broide & I. Katz (Orgs.), *Psicanálise nos espaços públicos* (pp. 48-65). IP-USP.
- Broide, J., Broide, E. E., Silva, J. S. & Yang, P. (Orgs.). (2022). *A psicanálise na cidade*. Escuta.
- Costa, P. H. F. (2013). *O jovem Milton Santos: personagem do protótipo metodológico : revelar [matrizes clássicas originárias] para definir [vanguarda, universalidade e viés geográfico]* [Tese de doutorado]. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social* (M. Goldszajn, Trad.). Perspectiva.
- Freud, S. (2010). Caminhos da terapia psicanalítica. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 14, pp. 279-292). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 15, pp. 13-99). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)

- Grimm, F. C. A. (2011). *Trajetória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis* [Tese de doutorado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Lima, L. G. C. (2025). *Território, transferência e tratamento: a psicanálise nas clínicas públicas* [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Moraes, A. C. R. (2013). *Território da geografia de Milton Santos*. Annablume.
- Nascimento Jr., F. C. (2016). Território na geografia de Milton Santos. *Sociedade & Natureza*, 28(1). <https://tinyurl.com/4c5jrek2>
- Santos, M. (1994). O retorno do território. In M. Santos, M. A. A. Souza & M. L. Silveira (Orgs.), *Território: globalização e fragmentação* (pp. 15-20). Anpur; Hucitec.
- Santos, M. (1999). O dinheiro e o território. *Geographia*, 1(1), 7-13.
- Silveira, M. L. (2011). Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, 15(1), 4-12.
- Siqueira, A. L. M. T. (2024). *Rede para escutas marginais: uma guerrilha armada de escuta* [Tese de doutorado]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Vasconcelos, P. A. (2020). *O universo conceitual de Milton Santos*. CRV.

Recebido em 24/6/2025, aceito em 3/9/2025

Pedro Henrique Ferreira Costa

ferreiracostaph@gmail.com

DOI: 10.69904/0486-641X.v59n3.04